

ONLY UP SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

Demonstrações financeiras acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente para o período
findo em 30 de junho de 2026

ONLY UP SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

Índice

Relatório dos auditores independentes.....	02
Relatório da Administração.....	06
Balanços patrimoniais.....	07
Demonstrações do resultado do exercício.....	08
Demonstrações do resultado <u>abrangente</u>	09
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	12

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Cotistas e à Administradora do
ONLY UP SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.
São Paulo - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da Only Up Serviços Financeiros Ltda (“Empresa”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Only Up Serviços Financeiros Ltda em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião com ressalvas

Ausência de revisão dos papéis de trabalho dos auditores anteriores

Não foi possível obter acesso aos papéis de trabalho dos auditores independentes anteriores, relativos às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, não pudemos aplicar os procedimentos de auditoria necessários sobre os saldos de abertura, bem como avaliar a adequação dos trabalhos realizados anteriormente e a suficiência das evidências de auditoria que suportam tais saldos. Consequentemente, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os saldos de abertura e seus possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis do exercício corrente. Em razão dessa limitação de escopo, não nos foi possível determinar se seriam necessários ajustes nos saldos de abertura e nos correspondentes elementos das demonstrações financeiras.

Ausência de recebimento de circularizações de instituições financeiras

Não obtivemos respostas às cartas de confirmações (circularizações) enviadas às instituições financeiras Banco Inter. Consequentemente, apesar de termos realizado testes alternativos de auditoria, não pudemos nos satisfazer sobre a totalidade das operações junto a estas instituições financeiras, como captações, garantias, debêntures, avais ou outras operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2026.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e, cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Responsabilidade da administração e da governança corporativa pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais, deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de agosto de 2026.

Robson Santa Izabel
Contador - CRC 1SP-247.538/O-0

ECOVIS WFA Auditores Independentes - S/S
CRC 2SP-043.111/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Only Up Serviços Financeiros Ltda. (“Only Up” ou “Instituição”), relativas ao semestre de 30 de junho de 2026, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

A Only Up é uma instituição de pagamento em processo de autorização, especializada em soluções financeiras.

Mais do que uma plataforma de gestão de recebíveis, atuamos como intermediadores de pagamentos no arranjo PIX, oferecendo soluções personalizadas e aderentes às necessidades específicas de cada cliente.

Nossa missão é proporcionar tecnologia de ponta aliada a uma operação eficiente e a um atendimento que supere as expectativas. Todas as nossas atividades são estruturadas em estrita conformidade com a regulamentação do BACEN, assegurando elevados padrões de segurança, agilidade e eficiência na prestação de nossos serviços.

A Administração, em conjunto com os acionistas, tem implementado estratégias voltadas ao crescimento sustentável e à expansão dos negócios. Entre as principais iniciativas, destacam-se o desenvolvimento de parcerias estratégicas, com o objetivo de impulsionar o crescimento de forma responsável e consistente.

Adicionalmente, a Instituição tem avançado de forma consistente no fortalecimento de sua estrutura de governança corporativa, com a implementação e o aprimoramento contínuo de controles internos, processos de gestão de riscos e compliance, em linha com as melhores práticas de mercado e com as diretrizes do BACEN. Em paralelo, a Only Up vem promovendo a seniorização de seu quadro de colaboradores, por meio do desenvolvimento de profissionais com elevada qualificação técnica e experiência no setor financeiro, reforçando sua capacidade de execução e sustentação do crescimento.

No primeiro semestre de 2026, a Only Up apurou lucro líquido de R\$ 2,9 milhões, patrimônio líquido de R\$ 7,9 milhões e ativos totais de R\$ 54,9 milhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido ajustado em cada exercício, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas que disponha sobre política de retenção ou reinvestimento de lucros.

A Only Up agradece a confiança de seus clientes e o comprometimento de seus colaboradores, cuja dedicação, ética e profissionalismo são fundamentais para a continuidade e o sucesso de suas operações.

Diretoria

ONLY UP INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA

CNPJ nº 29.477.089/0001-63

Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

						R\$ mil
		Em	Em			
	Nota	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025		Em	Em
					30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Ativo				Passivo		
Disponibilidades	6	25	5.273	Passivo financeiro ao custo amortizado		
Instrumentos financeiros				Outros passivos financeiros	10.a	42.954
Ativos financeiros ao custo amortizado	7	54.125	13.463	Outras provisões	10.b	465
Outros ativos	8	795	775	Passivos contingentes	11	2
Ativos não financeiros mantidos para venda				Outros passivos	12	3.652
Imobilizado de uso	9	28	-	Total do passivo		47.072
Depreciações						
Depreciações	9	(1)	-			
				Patrimônio líquido	13	
				Capital social		18.500
				(-) Capital a integralizar		(13.500)
				Prejuízos acumulados		1
				Lucro do período		2.898
				Total do patrimônio líquido		7.899
Total do ativo		54.971	19.511	Total do passivo e patrimônio líquido		54.971
						19.511

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ONLY UP INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA

CNPJ nº 29.477.089/0001-63

Demonstração do Resultado - Semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

		R\$ mil	
	Nota	Acumulado em 30 de junho de 2026	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Receitas de intermediação financeira		13.382	8.400
Receita de aplicações em títulos e valores mobiliários	14.a	96	-
Receita de tarifas e serviços	14.b	13.286	8.400
Outras receitas/(despesas) operacionais		(9.033)	(3.228)
Outras receitas operacionais (desconto obtido)	14.b	23	239
Despesas de pessoal	15	(144)	(89)
Outras despesas administrativas	16	(7.400)	(2.248)
Outras despesas operacionais	17	(330)	(184)
Despesas tributárias	18	(1.182)	(947)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		4.349	5.171
Impostos sobre o lucro (IRPJ/CSLL)	19	(1.451)	(872)
Lucro líquido do período		2.898	4.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ONLY UP INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA

CNPJ nº 29.477.089/0001-63

Demonstração do Resultado Abrangente - Semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho de 2026	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Lucro líquido do período	2.898	4.299
Resultado abrangente total	2.898	4.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ONLY UP INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA**CNPJ nº 29.477.089/0001-63****Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025****(Em milhares de Reais)**

					R\$ mil
Descrição	Capital social subscrito	(-) Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Resultado do período	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.000	-	(4.298)	4.299	5.001
Subscrição de capital social (Ata abr/2026)	13.500	(13.500)	-	-	-
Transferência do resultado de 2025 para prejuízos acumulados	-	-	4.299	(4.299)	-
Resultado do período (1º semestre de 2026)	-	-	-	2.898	2.898
Saldo em 30 de junho de 2026	18.500	(13.500)	1	2.898	7.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ONLY UP INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA

CNPJ nº 29.477.089/0001-63

Demonstração dos Fluxos de Caixa (método indireto) - Semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

			R\$ mil
Descrição	Acumulado em 30 de junho de 2026	Acumulado em 31 de dezembro de 2025	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período	2.898	4.299	
Ajustes ao resultado líquido:			
Depreciação	1	-	
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Instrumentos financeiros	(11.161)	-	
Relações interfinanceiras	(29.501)	(13.463)	
Outros ativos	(19)	(775)	
Outros passivos financeiros (depósitos)	30.053	12.901	
Outras provisões	465	-	
Passivos contingentes	2	-	
Outros passivos (fiscais e credores diversos)	2.042	1.610	
Variação em prejuízos acumulados	-	(4.299)	
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades operacionais	(5.220)	272	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	(28)	-	
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de investimento	(28)	-	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social	-	5.000	
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de financiamento	-	5.000	
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5.248)	5.272	
Caixa e equivalentes de caixa - início do período	5.273	1	
Caixa e equivalentes de caixa – final do período	25	5.273	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conferência (Saldo final calculado - Nota 6, deve ser zero)

-

-

ONLYUP SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Onlyup Serviços Financeiros Ltda (“Onlyup”) é uma sociedade empresária limitada, constituída em 18/01/2018, com sede em São Paulo/SP, tendo por objeto social a prestação de atividades auxiliares dos serviços financeiros, compreendendo a gestão de contas de pagamento pré-pagas e a oferta de infraestrutura para operações de pagamento, enquadrada na atividade principal de outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente (CNAE 6619-3/99) e, como atividade secundária, em portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet (CNAE 6319-4/00).

A Instituição encontra-se em processo de pleito de autorização para funcionamento junto ao Banco Central do Brasil (“BACEN”), com pedido protocolado em 29 de abril de 2026, visando à constituição e ao funcionamento como instituição de pagamento. Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, o referido processo permanece em análise pelo BACEN, ainda não tendo sido concluído.

A elaboração destas demonstrações financeiras segundo as normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN decorre das exigências do processo de autorização em curso. A continuidade das operações da Instituição está associada à obtenção da referida autorização, contando a Administração com o suporte de seus sócios durante o andamento do processo.

2 Apresentação da Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN no 4.818/20 e da Resolução BCB no 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e no 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis no 11.638/07 e no 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente no primeiro semestre de 2026.

Baseado no artigo nº 102 da resolução Bacen nº 352, fica facultado as instituições a apresentação de período comparativo as demonstrações financeiras de 2025, dessa forma, utilizando de tal liberalidade do BACEN essa respectiva demonstração está sendo apresentada sem o devido período comparativo.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional (going concern). A Administração avalia que a continuidade das operações está associada à conclusão do processo de autorização em curso junto ao BACEN e ao suporte financeiro de seus sócios, que se comprometeram a integralizar o capital subscrito conforme cronograma estabelecido em contrato social, não havendo, até a data de autorização para emissão destas demonstrações, incerteza relevante que comprometa esse pressuposto.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com instrumentos financeiros; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 31 de Agosto de 2026.

3 Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração de resultado

As receitas dos ativos financeiros e as despesas de juros de passivos são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado. Com relação aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA e as despesas de juros de passivos classificados ao custo amortizado a Instituição utiliza o método da taxa efetiva de juros, com exceção de instrumentos de patrimônio.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, contados da data da aplicação, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Essas aplicações são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Rendas a Receber

São representados pelos valores a receber de clientes, que são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. São registradas também as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a destes títulos, a qual é constituída considerando uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e a vencer, de acordo com os critérios de perda esperada.

e) Ativos e passivos financeiros

A Instituição classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual.

A Instituição classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Modelo de negócio:** configura a maneira pela qual a Instituição administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPJ (somente pagamento de principal e juros). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

- **Teste SPPJ:** O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado**

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em “Ganhos /(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em “Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez”.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais as receitas ou custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” quando a Instituição passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas originadas das variações cambiais em investimentos de títulos de dívida classificadas como VJORA são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Instituição pode adicionalmente designar de forma irrevogável um instrumento patrimonial, para os quais não exista a estratégia de negociação para a categoria de Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. Neste caso, não há registro de quaisquer efeitos na Demonstração do Resultado de eventos subsequentes relativos a este ativo, com exceção de dividendos que representam o próprio resultado do investimento.

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração do resultado.

ONLYUP SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

II) Passivos financeiros

A Instituição classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, exceto para os passivos financeiros para negociação.

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Instituição são os instrumentos financeiros derivativos que são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

A Instituição não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

III) Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. A Instituição efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas.

IV) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de Empresas para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

Para outros instrumentos mais comumente tratados, a Instituição utiliza modelos de avaliação conhecidos, que consideram dados observáveis no mercado, a fim de determinar o valor justo de instrumentos financeiros.

Para instrumentos mais complexos, a Instituição utiliza modelos próprios, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos. Algumas informações incluídas nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivadas de preços ou taxas de mercado, ou ainda, são estimadas com base em premissas.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação podem não refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação.

ONLYUP SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ajustes de avaliação são registrados levando-se em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e venda, riscos de crédito e liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial.

f) Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso está contabilizado ao custo de aquisição e a depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 10% a.a. para “Maquinas e Equipamentos de Processamento de Dados”.

g) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são analisados no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período quando o valor da contabilização de um ativo excede seu valor recuperável.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado, exceto quando relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia apura esses tributos pelo regime do lucro real, com base no resultado contábil ajustado pelas adições, exclusões e compensações previstas na legislação tributária vigente.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil no exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9%. As alíquotas majoradas previstas na Lei Complementar nº 224/2025 para instituições de pagamento aplicam-se às entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condição ainda não verificada para a Companhia.

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, quando for provável a geração de lucros tributáveis futuros que permitam sua realização, sendo mensurados pelas alíquotas vigentes ou substantivamente aprovadas para os períodos em que se espera sua realização, e revisados a cada data de reporte.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Provisões, ativos e passivos contingentes – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e BCB nº 9/2020 sendo:

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na nota 11.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

k) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da Empresa e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

ONLYUP SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

l) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/20.

m) Normas, alterações e interpretações de normas

Data efetiva Novas normas ou alterações

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

O IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 e introduz novos requisitos de apresentação e divulgação, entre eles subtotais obrigatórios na demonstração do resultado, a classificação de receitas e despesas nas categorias operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas, divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) e critérios de agregação e desagregação das informações. A norma também altera o IAS 7, modificando o ponto de partida do método indireto para o "lucro ou prejuízo operacional" e eliminando a opcionalidade na classificação dos fluxos de caixa de juros e dividendos.

1º de janeiro de 2027

No Brasil, a norma foi incorporada como CPC 51, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e recepcionado pela Comissão de Valores Mobiliários, com vigência para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

A Companhia elabora suas demonstrações financeiras de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e com a Resolução CMN nº 4.818/2020, que dispõe sobre os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Assim, os requisitos do CPC 51 somente serão aplicáveis caso e quando incorporados ao arcabouço normativo do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, não havendo norma editada nesse sentido até a data de autorização destas demonstrações financeiras. A Administração acompanha a evolução do tema e avaliará os impactos — que deverão incluir reclassificações na demonstração do resultado, alterações na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa e novas divulgações — quando houver definição do órgão regulador.

ONLYUP SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Data efetiva Novas normas ou alterações

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

O IASB emitiu alterações à IFRS 9 e à IFRS 7, aplicáveis, no âmbito das IFRS, a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. As alterações esclarecem os critérios para baixa de passivos financeiros, trazem orientação adicional para a avaliação de fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características vinculadas a fatores ESG e similares, e detalham o tratamento de instrumentos sem direito de regresso e contratualmente vinculados. Introduzem, ainda, novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

1º de janeiro de 2026

A Companhia observa os critérios de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e pela Resolução BCB nº 352/2023. Dessa forma, as referidas alterações somente produzirão efeitos sobre as demonstrações financeiras caso e quando incorporadas ao arcabouço normativo do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, não havendo, até a data de autorização destas demonstrações financeiras, norma editada nesse sentido. A Administração não espera impactos materiais decorrentes de eventual incorporação.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

O IASB emitiu alterações de escopo limitado no âmbito das Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11, com o objetivo de aprimorar a clareza e a consistência de determinadas normas, entre elas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7. No âmbito das IFRS, as alterações são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada mediante divulgação.

1º de janeiro de 2026

As alterações relativas a instrumentos financeiros não alcançam a Companhia, cujos critérios de classificação, mensuração e divulgação observam a Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Resolução BCB nº 352/2023. Quanto às demais, os efeitos dependerão de sua incorporação aos pronunciamentos correspondentes do CPC e da respectiva recepção pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil. A Administração não espera impactos materiais decorrentes dessas alterações.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento de riscos é atividade estratégica para a Instituição e tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas operações, de forma compatível com a natureza, o porte e a complexidade dos seus produtos e serviços, observadas as boas práticas de mercado e a regulamentação aplicável.

A Instituição mantém estrutura própria de gerenciamento de riscos, sob responsabilidade da Administração, apoiada em políticas, processos e controles internos que asseguram a segregação de funções, o monitoramento contínuo das exposições e a atuação tempestiva na mitigação dos riscos identificados.

Os principais riscos a que a Instituição está exposta são: (i) risco de crédito, decorrente da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações por contrapartes; (ii) risco de liquidez, relativo à capacidade de honrar seus compromissos financeiros nos respectivos vencimentos; (iii) risco de mercado, associado à variação de taxas e preços que afetem suas posições; e (iv) risco operacional, decorrente de falhas ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. A Instituição adota medidas voltadas à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e à segurança cibernética, em conformidade com a regulamentação vigente.

Recursos mantidos em contas de pagamento – Os recursos aportados pelos clientes em suas contas de pagamento são registrados em contas específicas e mantidos segregados do patrimônio da Instituição, sendo destinados exclusivamente à realização das transações de pagamento ordenadas pelos titulares. Tais recursos são integralmente aplicados nas modalidades admitidas pela regulamentação do Banco Central do Brasil, não se confundindo com os recursos próprios da Instituição.

Ouvidoria e atendimento – A Instituição implementará estrutura de ouvidoria e de atendimento aos clientes e usuários em conformidade com a regulamentação aplicável às instituições de pagamento, quando da conclusão do processo de autorização junto ao Banco Central do Brasil.

Gestão de capital – A Instituição encontra-se em processo de autorização para funcionamento como instituição de pagamento junto ao Banco Central do Brasil. Uma vez concedida a autorização, a Instituição passará a observar os requisitos mínimos de capital, os limites prudenciais e as regras de gestão de capital estabelecidos na regulamentação aplicável às instituições de pagamento, apurando e mantendo Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas operações.

ONLYUP SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 Uso de Estimativas e Julgamentos

Nas Demonstrações Financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

6 Caixa e equivalente de caixa

	R\$ mil	
	Em	Em
Descrição	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Disponibilidades em moeda nacional	25	5.273
Total	25	5.273

7 Instrumentos Financeiros

a) Ativos financeiros ao custo amortizado

	R\$ mil	
	Em	Em
Descrição	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Banco Central - conta de pagamento instantâneo (i)	42.954	13.463
Total	42.954	13.463

(i) Recursos mantidos junto ao Banco Central do Brasil na conta de pagamento instantâneo, que espelham o saldo das contas de pagamento pré-pagas de titularidade dos clientes.

	R\$ mil	
	Em	Em
Descrição	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
a) Títulos de renda fixa		
Certificado de Depósito Bancário (*)	4.622	-
b) Cotas de fundos de investimento		
Fundo de investimento (*)	6.539	-
Total	11.161	-

(*) O investimento não possui prazo de carência para resgate e a conversibilidade das cotas, tanto para aplicação quanto para resgate é imediata, ocorrendo a liquidação financeira no mesmo dia.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2026, a Classe obteve resultado positivo com investimentos em cotas no valor de R\$ 316.

ONLYUP SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 Outros Ativos

Descrição	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Adiantamento a fornecedores	-	775
Valores a receber de sociedades ligadas	722	-
Devedores diversos	73	-
Total	795	775

9 Imobilizado de uso

a) Composição do imobilizado

	Taxas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	R\$ mil
				Custo Líquido de Depreciação
				Em 30 de junho de 2026
Máquinas e equipamentos	10%	28	(1)	27
Em 30 de junho de 2026		28	(1)	27

b) Depreciação do imobilizado

	Taxas de depreciação	Em 30 de junho de 2026	Aquisição	Baixa	Depreciação do exercício	Em 30 de junho de 2026
Máquinas e equipamentos	10%	-	28	-	(1)	27
Total		-	28	-	(1)	27

10 Outros passivos financeiros

a) Outros passivos financeiros

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Recursos de terceiros - contas de pagamento pré-pagas	42.954	12.901
Total	42.954	12.901

(1) Saldo de recursos de terceiros depositadas em contas de pagamento pré-paga, custodiados pela Instituição.

ONLYUP SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Outras provisões

	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Provisão para despesas com pessoal a pagar	465	-
Total	465	-

11 Provisões, passivos contingentes

a. Provisões classificadas como perdas prováveis

A Onlyup está discutindo judicialmente a legalidade de alguns processos de natureza cível decorrentes do curso normal de suas atividades.

A provisão foi constituída com base na avaliação do risco realizada pela Administração e por seus assessores jurídicos, para cobrir as perdas consideradas prováveis.

Os valores provisionados são considerados adequados para cobrir as possíveis saídas de recursos necessárias para a liquidação dessas eventuais perdas.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, levando em conta a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	R\$ mil
Provisão para ações cíveis	2	-	-
Total	2	-	-

II - Movimentação das provisões

Em 30 de junho de 2026, a movimentação do saldo das provisões para ações judiciais encontra-se demonstrado a seguir:

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2026	Constituições líquidas de (reversões e baixas)	Pagamentos	Em 30 de Junho de 2026
Cíveis	-	2	-	2
Total	-	2	-	2

ONLYUP SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

Existem processos cíveis classificados como risco de perda possível pelos nossos assessores jurídicos no montante de R\$ 273 em 30 de junho de 2026.

12 Outros Passivos

	Em	R\$ mil
	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
a) Obrigações fiscais e previdenciárias		
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	786	330
Impostos e contribuições a recolher	131	80
Total	917	411
b) Credores diversos		
Credores diversos	2.735	1.199
Total	2.735	1.199
Total	3.652	1.610

13 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social da Instituição em 30 de junho de 2026 é de R\$ 18.500 (R\$ 5.000 em 31 de dezembro de 2025), representado por 18.500.000 quotas (5.000 quotas em 31 de dezembro de 2025), no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas.

Em 22 de julho de 2026, por meio da 8ª Alteração Contratual, as sócias deliberaram o aumento do capital social subscrito da Instituição para R\$ 18.500, dividido em 18.500.000 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas. Com a referida alteração, o capital integralizado é de R\$ 5.000, permanecendo o saldo de R\$ 13.500 a integralizar.

O saldo remanescente será integralizado em moeda corrente nacional conforme o seguinte cronograma: (i) até 31 de dezembro de 2026, R\$ 6.750, elevando o capital integralizado a R\$ 11.750; (ii) até 30 de junho de 2027, R\$ 3.375, totalizando R\$ 15.125; e (iii) até 31 de dezembro de 2027, R\$ 3.375, totalizando R\$ 18.500.

ONLYUP SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O aumento de capital tem por finalidade reforçar a estrutura patrimonial da Instituição de acordo com a necessidade operacional e com o plano de negócios apresentado no processo de autorização em curso, de modo a atender ao limite mínimo de capital social integralizado e de patrimônio líquido apurado na forma da Resolução Conjunta nº 14, de 3 de novembro de 2025, e da Resolução BCB nº 517, de 3 de novembro de 2025, que estabelecem a metodologia e os procedimentos de apuração desse limite mínimo em função das atividades efetivamente desenvolvidas pela instituição. Uma vez autorizada, a Instituição observará também os requerimentos mínimos prudenciais de Patrimônio de Referência aplicáveis às instituições de pagamento.

b. Política de dividendos

Conforme disposição estatutária da Instituição, dos lucros apurados no exercício, serão descontados os prejuízos acumulados. Do saldo remanescente, 5% será destinado para reserva legal, limitada a 20% do capital social. Após efetuados os ajustes previstos em Lei para a constituição da reserva legal, a Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do saldo do lucro líquido, mediante proposta da administração e de opinião prévia do Conselho Fiscal, se instalado, observados os orçamentos de capital da Instituição devidamente aprovados e as disposições legais aplicáveis.

Lucro por quota

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo obrigatório e mínimo equivalente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício.

A Instituição possui apenas quotas e não possui instrumentos conversíveis em quotas ou com característica de patrimônio líquido, portanto, o resultado diluído por quota é igual ao resultado básico por quota.

O resultado por ação, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 – Resultado por Ação, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Lucro líquido	2.898.351	4.298.754
Quantidade de quotas		
Utilizadas na apuração do lucro por quota	18.500.000	5.000.678
Lucro por quota - R\$	0,16	0,86

ONLYUP SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Receitas de intermediação financeira

a) Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho de 2026	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	96	-
Total	96	-

b) Receita de tarifas e similares

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho de 2026	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Receita de tarifas e serviços - serviços de pagamento (i)	13.286	8.400
Outras receitas operacionais	23	239
Total	13.309	8.639

(i) Referem-se, substancialmente, às tarifas cobradas sobre as transações de pagamento instantâneo (PIX) processadas pela Onlyup, apuradas por transação e reconhecidas no resultado no momento da respectiva liquidação.

15 Despesas com pessoal

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho de 2026	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Proventos	(128)	(48)
Encargos sociais	(16)	(22)
Benefícios	(1)	(18)
Total	(144)	(89)

ONLYUP SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16 Outras despesas administrativas

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho de 2026	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Despesas de tecnologia	(3.141)	(246)
Despesas com processamento de dados	(1.320)	(15)
Serviços de terceiros	(1.000)	(252)
Despesas com marketing	(702)	(195)
Outras	(1.236)	(1.541)
Total	(7.400)	(2.248)

17 Outras receitas e despesas operacionais

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho de 2026	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Outras despesas operacionais	(330)	(184)
Total	(330)	(184)

18 Despesas tributárias

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho de 2026	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Imposto sobre serviço - ISS	(330)	(463)
IOF	(47)	(101)
COFINS sobre faturamento	(677)	(323)
PIS sobre Faturamento	(128)	(60)
Total	(1.182)	(947)

ONLYUP SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 Impostos sobre o lucro

Imposto sobre o lucro reconhecido no resultado	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho de 2026	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Resultado antes da tributação sobre o lucro	4.349	5.171
(-) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	(1.060)	(639)
(-) Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	(390)	(233)
Lucro líquido do período	2.898	4.299

Conciliação da alíquota efetiva	Acumulado em 30 de junho de 2026	Acumulado em 31 de dezembro de 2025 (**)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	4.349	-
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais combinadas	1.479	-
(-) Efeito de exclusões na base de cálculo da CSLL	(1)	-
(-) Efeito de exclusões na base de cálculo do IRPJ	(15)	-
(-) Benefício do adicional de IRPJ (faixa mensal de R\$ 20 mil)	(12)	-
IRPJ e CSLL correntes	1.451	-
Alíquota nominal combinada (IRPJ 15% + adicional 10% + CSLL 9%)	34,0%	34,0%
Alíquota efetiva	33,4%	16,9%

(*) O IRPJ e a CSLL são apurados pelo lucro real, às alíquotas de 15% (IRPJ), acrescida de adicional de 10% sobre o lucro que exceder R\$ 20 mil/mês, e 9% (CSLL). No período, a Sociedade não reconheceu tributos diferidos, sendo todo o montante de imposto corrente. A alíquota efetiva de 33,4% difere da nominal de 34,0% em razão do benefício da faixa de isenção do adicional de IRPJ e de exclusões na base de cálculo.

(**) Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurava o imposto de renda e a contribuição social pelo regime do lucro presumido, migrando para o regime do lucro real a partir de 1º de janeiro de 2026. Dessa forma, os valores do período comparativo não são diretamente comparáveis, sendo o efeito da diferença de regime demonstrado em linha específica da reconciliação acima.

20 Instrumentos Financeiros - Por Prazos de Vencimento

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 02/20, a Instituição mantém estrutura de gerenciamento de riscos compatível com a natureza de suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos. O monitoramento é realizado através do acompanhamento dos fluxos de caixa e do escalonamento de prazos de vencimento de seus ativos e passivos financeiros, garantindo a manutenção de níveis de liquidez adequados.

ONLYUP SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo, apresentamos a segregação dos ativos e passivos financeiros entre Circulante (vencíveis em até 12 meses) e Não Circulante (vencíveis após 12 meses), conforme os prazos remanescentes dos contratos na data do balanço:

Ativo	Circulante	Não circulante	Total
Disponibilidades	25	-	25
Instrumentos financeiros	54.125	-	54.125
Ativos financeiros ao custo amortizado	54.125	-	54.125
Outros ativos	73	722	795
Total do ativo	54.223	722	54.945

Passivo	Circulante	Não circulante	Total
Passivo financeiro ao custo amortizado	43.418	-	43.418
Outros passivos financeiros	42.954	-	42.954
Outras provisões	465	-	465
Passivos contingentes	-	2	2
Outros passivos	3.652	-	3.652
Total do passivo	47.070	2	47.072

21 Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20. A Instituição também dispõe de políticas de transações com partes relacionadas. As transações com partes relacionadas resumem-se a conta corrente, títulos e valores mobiliários, plano de saúde, seguro de vida e captações e advocatícias. A Instituição não possui benefícios pós-emprego, tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil			
	Em 30 de Junho de 2026			
	Controladas	Controlador	Coligadas	Pessoal - Chave da Administração
Ativo				
Valores a receber	-	1	-	-
Onlyup Participações Ltda	-	1	-	-

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

➤ **Remuneração dos membros do conselho de administração e da diretoria**

Para o período findo em 30 de junho de 2026, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi de R\$ 1.112. Esse valor foi registrado na rubrica de “Despesas de pessoal” e inclui somente os benefícios de curto prazo.

22 Instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Para instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- **Nível 1**

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

- **Nível 2**

Dados observáveis, que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados, por dados observáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

- **Nível 3**

Dados não observáveis, que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria, geralmente, inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos. O principal dado não observável utilizado na determinação do valor justo são os spreads de crédito que variam entre 3% e 20%.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A marcação a valor justo dos títulos os quais não apresentam fonte pública, consistente e regular de divulgação, a Instituição utiliza os modelos definidos pela CMM (Comissão de Marcação a Mercado) e disponibilizado através do manual de marcação a mercado para cada modalidade de título. Por meio de métodos e modelos matemáticos financeiros, os quais capturaram os efeitos e variações nos preços dos ativos objetos da marcação ao valor justo ou de similares.

Em 30 de junho de 2026, a Instituição não detinha instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

23 Outras Informações

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, não houve resultados não recorrentes para os períodos em 30 de junho de 2026.

Em 30 de junho de 2026, os valores apresentados foram apenas com resultados recorrentes.

b) Eventos subsequentes

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, o processo de pleito de autorização para funcionamento da Instituição como instituição de pagamento permanecia em análise pelo Banco Central do Brasil.

Não houve outros eventos subsequentes à data-base de 30 de junho de 2026 até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras que demandassem ajuste ou divulgação.

c) Cobertura de seguros (Não auditado)

A Instituição mantém apólice de seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O), contratada junto à Austral Seguradora S/A, com limite máximo de garantia (LMG) de R\$ 40.050 e vigência de 1º de junho de 2026 a 1º de junho de 2027. A cobertura destina-se ao pagamento e/ou reembolso das perdas indenizáveis decorrentes de atos de gestão praticados pelos administradores no exercício de suas funções, observadas as condições, exclusões e limitações previstas na apólice. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

ONLYUP SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados concedidos pela Instituição referem-se, basicamente, a benefícios de curto prazo concedidos em bases mensais, tais como salários, contribuições à previdência social, planos de saúde e licenças remuneradas, reconhecidos contabilmente em conformidade com os critérios definidos na NBC TG 33 (R2) – Benefícios a Empregados e no CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução CMN nº 4.877/2020. Inexistem benefícios pós-emprego, fundos de pensão ou outros benefícios que requeiram tratamento contábil específico.

Membros da Administração

Diretor Presidente

Jose Roberto dos Santos Maciel

Diretor Financeiro

Bruno da Silva Pereira

Diretor de Operações

Priscila Rodrigues Prestes Vassallo Benitez

Diretora de Recursos Humanos

Lilian Aparecida Bachesque de Falco

Diretor de Novos Negócios

Rogério Lahdo Charu

Contador

Bruno da Silva Pereira

CRC/ 1SP296444/O-6

* * *